



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça  
Comissão Permanente de Licitação

RELATÓRIO N.º 005.2014.CPL.808680.2013.46166

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO  
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO  
N.º 4.001/2014-CPL/MP/PGJ.

PROCEDIMENTO INTERNO N.º  
767896/2013

Excelentíssimo Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça  
para Assuntos Administrativos,

O Pregoeiro, Senhor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, designado pela Portaria n.º 0127/2014/SUBADM, de 11 de fevereiro de 2014, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.001/2014-CPL/MP/PGJ, tipo menor preço global, concernente ao Procedimento Interno n.º 767896/2013, que tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de intermediação de estágio junto à PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA/ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, conforme especificações e condições especificadas no edital e anexos.

### 1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

FASES DO PROCESSO	DATA	SETOR RESPONSÁVEL
<b>Pedido Inicial de Contratação</b>	14.10.2013	Divisão de Recursos Humanos – DRH
<b>Autorização para contratação e encaminhamento à DCCON</b>	17.10.2013	Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
<b>Solicitação de análise jurídica sobre a possibilidade de</b>	21.10.2013	Divisão de Contratos e Convênios - DCCON



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**  
**Comissão Permanente de Licitação**

<b>FASES DO PROCESSO</b>	<b>DATA</b>	<b>SETOR RESPONSÁVEL</b>
<b>prorrogação do contrato</b>		
<b>Indeferimento do pedido de prorrogação e determinação de continuidade do certame</b>	10.1.2014	Procurador-Geral de Justiça - PGJ
<b>Encaminhamento do PI ao Setor de Compras para pesquisa de mercado</b>	10.1.2014	Procurador-Geral de Justiça - PGJ
<b>Elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços</b>	13.1.2014	Setor de Compras e Serviços - SCS
<b>Emissão e aprovação da NAD</b>	14.1.2014	Diretoria de Orçamentos e Finanças – DOF (aprovada pelo SUBADM)
<b>Envio à DCCON para elaboração da Minuta de Contrato</b>	14.1.2014	Diretoria de Orçamentos e Finanças – DOF
<b>Envio à CPL para confecção da Minuta de Edital</b>	17.1.2014	Divisão de Contratos e Convênios - DCCON
<b>Emissão da Minuta de Edital e encaminhamento à Assessoria Jurídica.</b>	21.1.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL
<b>Distribuição à Assessoria Jurídica</b>	21.1.2014	Secretaria da SUBADM
<b>Emissão de Parecer</b>	23.1.2014	Assessoria Jurídica
<b>Aprovação da minuta de edital</b>	23.1.2014	Subprocuradoria Geral de Justiça ADM
<b>Emissão do Edital com designação da data do certame e envio para publicação</b>	27.1.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL
<b>Publicação em Jornal de Grande Circulação</b>	29.1.2014	Assessoria de Imprensa - AIDC
<b>Publicação no DOE</b>	29.1.2014	Secretaria-Geral - SGMP
<b>Sessão de Abertura do Certame</b>	12.2.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL
<b>Julgamento e aceitação da proposta</b>	13.2.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça  
**Comissão Permanente de Licitação**

FASES DO PROCESSO	DATA	SETOR RESPONSÁVEL
<b>Julgamento de habilitação, adjudicação e encerramento do certame</b>	14.2.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL
<b>Envio para Homologação</b>	14.2.2014	Comissão Permanente de Licitação - CPL

## **2. DA PUBLICIDADE**

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet*, no Diário Oficial do Estado (DOE), edição de 29/1/2014, no matutino local “Jornal do Comércio”, edições de 29/1/2014 e no sítio institucional do MP/AM, [www.mp.am.gov.br](http://www.mp.am.gov.br). **Adquiriram o edital, no mínimo, 15 empresas**, conforme relação às fls.220 dos autos.

## **3. DA SESSÃO PÚBLICA**

**3.1. Do Credenciamento** – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**3.2. Da Proposta** – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 4/2/2014 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, dia 12/2/2014, às 10h. (horário de Brasília).

Aberta a sessão, as propostas foram preliminarmente analisadas conforme especificado no Item 5, mais especificamente subitem 5.12 e item 8 do Edital, compatibilizando-as com as especificações contidas no **Termo de Referência n.º 001.2013.DRH**.

Feitas as solicitações e informações de praxe, seguiu-se para a próxima etapa.

**3.3. Da Fase de Lances** – Aberta a disputa, verificou-se que a maioria dos preços inicialmente ofertados encontravam-se acima do estimado pela Administração, conforme se vê da Ata de Realização do Pregão, às fls. 282/283. Não obstante, os interessados tiveram a oportunidade de propor, em lances, condições bem mais favoráveis que as previstas, o que ocorreu de fato de forma ativa pelos concorrentes.



Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

### Comissão Permanente de Licitação

**3.6. Da Aceitação** – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou para apresentação a proposta da licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances.

Na sequência, a proposta foi enviada pelo interessado e compatibilizada pelo Pregoeiro que, cumpridos todos os demais aspectos formais, resolveu aceitá-la.

**3.7. Da Habilitação** – Ato contínuo, este subscrevente requereu à empresa cuja proposta foi aceita o envio instantâneo da documentação de habilitação, via anexação ao sistema Comprasnet.

Recebidos os documentos, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação da licitante, utilizando-se, inclusive, das informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF do Comprasnet**.

Nessa etapa, verificou-se a autenticidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, junto ao TSE, do atestados de aptidão técnica, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, na Justiça Estadual.

Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, não sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Ao final, o Pregoeiro alertou à vencedora que os originais tanto da proposta, quanto dos documentos habilitatórios deveriam ser remetidos à Comissão, seguindo-se as orientações dos itens 5, 8 e 9 do Edital.

Assim, a situação regular do partícipe, com relação a todas as exigências do instrumento convocatório, foi confirmada.

Passou o Pregoeiro à próxima etapa do certame.

**3.8. Do Recurso** – Logo após, procedeu-se à habilitação da vencedora, concedendo-se o prazo de 20 (vinte) minutos para registro de



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

**Comissão Permanente de Licitação**

intenção de recurso por parte dos demais licitantes, no entanto, não houve qualquer manifestação nesse sentido.

**4. DA ADJUDICAÇÃO**

Inexistindo manifestação de interposição recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ nº 389 de 2007 em seu artigo 8º, inciso X, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o objeto do Pregão Eletrônico n.º 4.001/2014-CPL/MP/PGJ à licitante que, concomitantemente, obteve o menor preço e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do Termo de Adjudicação, apenso aos autos às fls. 285. Segue o detalhamento do resultado:

<b>INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL, CNPJ N.º 04.409.637/0001-97</b>					
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de intermediação de estágio junto à Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	Valor Unitário	Número de Estagiários	Valor Total Mensal	Valor Total anual
1.1	Taxa de Administração dos estagiários de nível médio e de nível superior	R\$ 12,60	232	R\$ 2.923,20	R\$ 35.078,40
1.2	Auxílio-transporte	R\$ 50,00	232	R\$ 11.600,00	R\$ 139.200,00
1.3	Bolsa-auxílio de nível superior	R\$ 800,00	155	R\$ 124.000,00	R\$ 1.488.000,00
1.4	Bolsa-auxílio de nível médio	R\$ 600,00	77	R\$ 46.200,00	R\$ 554.400,00
				<b>R\$ 184.723,20</b>	<b>R\$ 2.216. 678,40</b>
<b>Valor global da proposta: R\$ 2.216.678,40</b> <i>(dois milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos)</i>					

**6. DA ECONOMICIDADE**

Destaque-se que o valor estimado para a aquisição do



**Ministério Público do Estado do Amazonas**  
**Procuradoria-Geral de Justiça**

### **Comissão Permanente de Licitação**

objeto da licitação foi de **R\$ 2.228.816,64** (dois milhões, duzentos e vinte oito mil, oitocentos e dezesseis reais sessenta e quatro centavos), sendo que o valor total da adjudicação decorrente do êxito da licitação em comento foi de **R\$ 2.216.678,40** (dois milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta centavos). Logo, a realização deste Pregão significou uma **economia de R\$ 12.138,24 (doze mil, cento e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos)**, ou seja, uma **redução de aproximadamente 0,5% do valor estimado pela Administração**.

Por outro lado, se o resultado for visto sob a ótica do valor da taxa de administração, a única parcela em que os descontos poderiam incidir, a economia **remonta ao percentual aproximado de 26%**, já que a referida taxa foi orçada em **R\$ 16,96**, e a proposta vencedora ofertou-a em **R\$ 12,60**.

É o Relatório.

Manaus, 14 de fevereiro de 2014.

**Maurício Araújo Medeiros**

Pregoeiro - Portaria n.º 0127/2014/SUBADM